



A Conquista e a Ocupação da Guiana.

1. Palavras iniciais.

Nilson Vieira Ferreira de Mello*

O tema da nossa palestra recorda episódio singular das relações França-Brasil pouco conhecido do público em geral. Não são muitas as pessoas comuns que sabem que tropas luso-brasileiras, ao tempo da instalação da corte e do governo de Portugal no Brasil, invadiram a Guiana Francesa, numa surpreendentemente bem sucedida operação de guerra, e lá permaneceram por quase nove anos. Afinal, a Guiana era parte do poderoso império napoleônico, cujos exércitos aguerridos derrubavam tronos por toda a Europa. Embora, do ponto de vista da história militar, as forças em presença e a duração das operações tenham sido pouco expressivas, há aspectos importantes que estão a merecer atenção dos formuladores da doutrina militar brasileira. Refiro-me às peculiaridades do teatro de operações amazônico, onde as grandes distâncias, a floresta e o solo fartamente irrigado naturalmente indicam operações combinadas das forças armadas. E o episódio histórico que nos

ocupa foi, justamente, uma operação combinada de forças terrestres e navais, embora em outro tempo e com outros meios.

Pretendo, todavia, abordar o tema de forma ampla, situando-o no quadro da época, e dele tirando as conseqüências para o nosso país.

2. Antecedentes históricos.

Ultrapassada a Idade Média o mundo ocidental redescobria as idéias dos grandes filósofos da Idade Clássica, mesclando-as com as dos enciclopedistas e pensadores contemporâneos. A Renascença estimulava a ampliação do saber humano, enquanto as grandes navegações e descobrimentos alargavam fisicamente o mundo então conhecido.

No campo das idéias políticas soprava leve aragem libertária que iria culminar com o vendaval da Revolução Francesa. Não obstante, a religião continuava sendo um dos pilares da sociedade e as monarquias absolutas escoravam-se no dogma do direito divino dos soberanos.

* O autor é Coronel de Cavalaria e Estado Maior, Sócio Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e pertence ao Conselho Editorial da Biblioteca do Exército.

Na Europa, quase totalmente cristianizada, mas onde já penetrara a expansão mulçumana, considerava-se o Papa a autoridade moral e espiritual máxima. A Santa Sé tinha enorme ascendência sobre os monarcas europeus, todos católicos e defensores da fé cristã, situação que só iria se alterar parcialmente com a Reforma protestante.

No campo das relações econômicas e civis as populações rurais européias, às vésperas da Revolução Francesa, viviam ainda em condições muito próximas daquelas do regime feudal. Em Portugal, essas condições eram talvez piores, mas o pequeno país, debruçado sobre o Atlântico, iria ter seu brilhante momento com a epopéia daqueles que, "... em perigos e guerras esforçados..." construíram um imenso império.

As elites intelectuais urbanas européias ansiavam por modelos políticos mais abertos, mais sensíveis às condições do homem comum e menos protetores dos privilégios das monarquias absolutas. A nobreza havia procurado justificar sua ascendência política e social pela observância, desde a Idade Média, de um código de honra cujos princípios morais e éticos, sintetizados pela expressão noblesse oblige, a elevava e dis-

tinguia. As tradições cavaleirescas feudais de honra e de desprezo pelas considerações subalternas de lucro, que haviam sido mantidas durante séculos, vinham sendo abaladas por comportamentos desregrados de membros da nobreza e do clero que desmentiam aquelas tradições. A vitória das colônias da América do Norte sobre a velha e orgulhosa Inglaterra e a Declaração da Independência dos Estados Unidos, trouxeram novas esperanças aos liberais da Europa.

Na França, a agitação renovadora seguia entusiasmando os intelectuais europeus, até quando Luís XVI, obrigado, convocou os Estados Gerais. Vicente de Souza Coutinho, representante de Lisboa em Paris, enviou carta ao seu governo enaltecendo o novo regime. Logo, porém, esse entusiasmo iria transformar-se em séria preocupação. A agitação das massas populares, que ocorria na França, determinou a tomada de providências pelas monarquias hereditárias para evitar o contágio das populações de seus países. Na Espanha e em Portugal, chegou-se mesmo a restaurar o ominoso tribunal da Inquisição para julgar a heresia de se negar aos governantes o favor divino.

Na medida em que o processo revolucionário prosseguia e se



aprofundava no país líderes do mundo latinos até mesmo os mais otimistas, como o mencionado Vicente Coutinho, mudavam de ânimo. Em Paris, as cabeças coroadas de um rei e de uma rainha rolaram por terra, fato inacreditável na velha Europa (apesar de que, anteriormente, tinha havido a execução do rei Carlos I, da Inglaterra, durante a revolução de Cromwell, 1642-1649). A monarquia hereditária, tragicamente derrubada na França, foi substituída por uma república proclamada pela assembleia revolucionária. Seguiu-se o Terror, que manchou de sangue os mais generosos propósitos e calou muitos dos que, na jornada gloriosa do 14 de julho, clamavam por liberdade, igualdade e fraternidade.

A Europa estremeceu horrorizada. Todas as monarquias romperam com a França, inclusive a Inglaterra cuja insularidade a protegia dos acontecimentos continentais. Portugal coloca a sua esquadra sob as ordens de Londres e envia uma divisão auxiliadora para participar, juntamente com o exército espanhol, da invasão da França. A campanha do Roussillon (1793) termina em desastre para os dois reinos ibéricos.

Na França, arrefece o ânimo revolucionário, dissolve-se a Con-

venção e constitui-se o Diretório. Armava-se o cenário para a grande epopéia napoleônica. Bonaparte parte para a Itália e inicia sua extraordinária caminhada para o poder e a glória. Revelando todo o seu gênio militar em brilhante campanha, evidencia também qualidades de estadista, ao negociar e assinar tratados com chefes de estado, a despeito da sua pouca idade.

3. A emigração da família real portuguesa para o Brasil.

Ao tempo da Revolução Francesa, reinava em Portugal D. Maria I, costumeiramente chamada de D. Maria Louca. A morte do seu primogênito, D. José, e as notícias intranquilizadoras do que ocorria na França tiveram efeito arrasador na mente frágil da soberana. Tornada incapaz para governar, assumiu as responsabilidades governamentais seu segundo filho, D. João, na qualidade de Regente do Reino. Aos 23 anos de idade, não tendo sido preparado para reinar, chegava ao poder quando, na França, Luis XVI era encarcerado e a Assembleia Nacional declarava extinta a monarquia. Príncipe criado na convicção do direito divino iria ter que enfrentar o turbilhão que se abatera sobre a Europa com seu

temperamento bonachão e irresoluto, mas ao qual não faltava sagacidade e insuspeitada inteligência.

Em 1804, Bonaparte se faz imperador dos franceses. Em campanhas brilhantes, derruba soberanos e distribui tronos entre parentes e generais. Somente a Inglaterra, protegida em sua ilha por aguerrida esquadra, a ele resistia. Napoleão precisava submeter o governo de Londres para alcançar seu propósito de criar uma espécie de confederação européia. Desesperançado de derrotar a velha Albion em sua Ilha, decidiu vencê-la pela asfixia econômica. E de Berlim, aonde chegara ao fim de uma de suas mais fulgurantes campanhas, decreta o bloqueio continental à inflexível Grã-Bretanha.

Submetida a Espanha, Portugal ficou exposto à hostilidade francesa. Logo o embaixador de Napoleão em Lisboa entregava ao governo português suas exigências: a) declarar guerra aos ingleses; b) fechar os portos do reino e das colônias ao comércio britânico; c) colocar seus navios sob o comando da esquadra francesa e, d) finalmente, seqüestrar as propriedades e prender todos os súditos britânicos, residentes ou de passagem por Portugal. Condições tão draconianas jamais poderiam ser acei-

tas sem grave humilhação. Eram apenas pretextos para justificar a invasão do pequeno reino e a extinção da Casa de Bragança.

Diante de situação tão aflitiva, com as tropas de Junot já marchando na Espanha a caminho de Portugal, D. João desarquivou velho projeto, nascido ao tempo de Martin Afonso de Souza e de D. João III, de estabelecer no Brasil a sede da monarquia portuguesa. A idéia recorrente de criar na América o centro de um grande império passou a ser um projeto de Estado, lembrado em momentos difíceis.

O Príncipe Regente procrastinou o quanto pôde o momento da partida, seja por natural irresolução ou seja por argúcia, na esperança de que as coisas se ajeitassem por si mesmas. Essa tendência de deixar os problemas seguirem o seu curso até desembocarem numa solução aceitável fazia parte do seu estilo, assim como a de dividir para governar.

Comemorou-se, no ano passado, o bicentenário da emigração da corte e do governo português para o Brasil. Publicações de toda ordem lembraram esse importante acontecimento, narrando detalhes da desconfortável travessia do Atlântico, sob escolta da esquadra inglesa do almirante Sidney Smith. Os desconfortos da longa viagem



talvez tenham tornado mais aguda, na mente do Príncipe Regente, a percepção do motivo que o fez submeter-se a tão dura prova, pois mal desembarcara no Rio de Janeiro, foi logo declarando guerra à França. Em longo manifesto às nações da Europa, datado de 1º de maio de 1808, D. João explica as causas da sua atitude bélica e diz que “levantando a voz do seio do novo império que vai fundar, protesta... que não deporá as armas senão de acordo com seu amigo e fiel aliado, Sua Majestade Britânica...”. E passando das palavras aos atos, determina ao Governador do Pará que organize uma força militar para invadir a Guiana Francesa.

Pedro Calmon, ilustre historiador que empresta o seu nome a esta sala, diz no seu livro “O Rei do Brasil”: *“Nenhum rei europeu pensara em mudar-se com a corte, o tesouro, os arquivos, o séqüito, dezenas de mil pessoas, para o outro lado do oceano. A resolução do príncipe regente foi espantosa – e os governos continentais só se aperceberam dela quando já a esquadra luso-inglesa viajava para o ocidente abarrotada com as bagagens de uma monarquia”*. Logo a seguir, acrescenta: *“O golpe foi magistral. Nenhum dos parceiros que jogaram com Napoleão*

os destinos do mundo vibrara tão inesperada cartada. Pela segunda vez – depois de Trafalgar – o oceano venceu o imperador”.

4. A invasão e a ocupação.

Na medida em que a portentosa aventura das grandes navegações abria rotas e descobria novas terras para as coroas de Portugal e Espanha, outras potências europeias, notadamente França, Inglaterra e Holanda, mobilizavam-se para participar desse mundo em franca expansão.

Descoberta a América por Colombo, navegador genovês a serviço de Castela, os “Reis Católicos” apelaram ao Papa para reconhecer como deles aquelas terras e as que seus marinheiros viessem a descobrir. Fernando, de Aragão, e Isabel, de Castela, embora casados, eram cada qual soberano de seu respectivo país. Não eram, portanto, rei e rainha da Espanha. Esses reinos unidos, mas não amalgamados, constituem exemplo único na História de estados formando uma diarquia. O Papa era o espanhol Alexandre VI, nascido Rodrigo Bórgia, que teve vários filhos com mais de uma amante, entre os quais Lucrécia e César Bórgia, ambos famosos por seus escândalos e crueldade. Alexandre VI prontamente atendeu o pedido dos “Reis

Católicos”, expedindo as chamadas *Bulas Alexandrinas*, duas das quais, conhecidas como “*Inter-cætera*” (maio de 1493), estabeleciam como limite das descobertas portuguesas e espanholas um meridiano que passava a determinado número de léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, sem precisar a partir de qual delas deveria ser contado o referido afastamento. As negociações entre as coroas ibéricas iriam desembocar no Tratado de Tordesilhas (1494), que confirmou a divisão do mundo novo entre Portugal e Espanha, divisão essa jamais aceita por outros monarcas europeus. É conhecida a frase de Francisco I, de França, de que não vira o testamento de Adão dividindo o mundo entre aqueles dois países. Há documentos que registram a presença de navegadores franceses no Brasil antes mesmo de Cabral. O ilustre membro deste Instituto e meu particular amigo, embaixador Vasco Mariz, conta em seu esplêndido livro “*Ensaio Histórico*” que “*Estaria comprovado em França que navegadores franceses freqüentavam as costas brasileiras desde o final do século XV. Jean Cousin teria descoberto a foz do rio Amazonas em 1488*”.

O interesse dos franceses por esta parte do continente é, pois,

muito antigo. Além de percorrerem a costa para negociar com os índios a coleta do pau brasil, realizaram, também, tentativas de colonização. Em 1555, Villegaignon fundou, na Baía da Guanabara, a França Antártica; em 1604, os franceses, chefiados por Daniel de la Touche, exploraram a costa norte do Brasil e fundaram no Maranhão a França Equinocial, todas de efêmera duração.

Quando, em 1580, o rei Filipe II de Espanha passou a ser também rei de Portugal, formando a União Ibérica, criaram-se condições favoráveis à expansão dos portugueses às expensas das colônias hispano-americanas. Na Amazônia, os franceses também procuravam expandir-se criando, em 1626, um pequeno núcleo populacional às margens do Rio Sinamari, transferido para Caiena em 1634. Mas a posse francesa da incipiente colônia logo passou a ser disputada por holandeses e ingleses. Em 1656 os holandeses ocuparam Caiena e lá permaneceram até 1664, quando os franceses a retomaram. Em 1667, os ingleses expulsaram os franceses até serem novamente expulsos pelos franceses, em 1674. Afinal, em 1676, o almirante conde d’Estrées a retomou definitivamente para os franceses.



Com a Restauração (1640), Portugal volta a sua atenção para a necessidade de fixar os limites de sua colônia na América, expandidos para muito além do meridiano de Tordesilhas. Os franceses procuravam sempre se aproximar da foz do Amazonas, de forma a assegurar direito de livre navegação no grande rio. Numerosas discussões entre Lisboa e Paris ocorreram, até que o Tratado de Utrecht (1713) estabeleceu que a linha divisória passava pelo rio Vicente Pinzon ou Oiapoque, conhecido com este nome desde 1596. Não obstante, os franceses persistiram na sua pretensão de chegar o mais próximo possível da margem norte do Amazonas. Com este propósito estabeleceram postos e missões religiosas próximos a rios cada vez mais para o sul, chegando até o Araguari. Para contrapor-se a esse movimento, o governador do Grão-Pará, D. Francisco de Sousa Coutinho, irmão do ministro de Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho (mais tarde conde de Linhares), mandou fazer um reconhecimento até o Oiapoque, em 1791, do qual resultou a fundação de diversas povoações luso-brasileiras entre esse rio e o Amazonas. Mas os franceses persistiram em contestar o limite reconhecido no Tratado de Utrecht,

“descobrimo” mais de um rio Vicente Pinzon. Criava-se, assim, um território contestado que se tornou gritantemente visível às autoridades portuguesas com a instalação da corte no Rio de Janeiro. Antes, em 1801, o ministro Coutinho, em carta ao príncipe regente, já alertara quanto ao interesse de Napoleão em transformar a Guiana em poderosa colônia, o que poderia pôr em risco não apenas a posição de Belém como o mais importante centro comercial da região, mas até a soberania portuguesa no norte do Brasil. Com a declaração de guerra à França, ficava D. João com o inimigo às portas, levando-o a ordenar a conquista da Guiana para conjurar aquela ameaça, ao mesmo tempo em que servia de desforra pela invasão de Portugal.

A tarefa de organizar a operação bélica coube ao capitão-geral e governador do Grão-Pará José Narciso de Menezes. Militar de formação, Narciso constituiu o núcleo da força expedicionária com duas companhias de granadeiros dos 1º e 3º regimentos de linha, duas companhias de caçadores dos mesmos regimentos (o 3º regimento era o Regimento de Estremoz) e uma bateria de artilharia com três peças de seis polegadas. Completou essa tropa com o recrutamento

de índios e colonos estabelecidos na Ilha de Marajó.

A maioria dos oficiais designados para enquadrar a força expedicionária era de brasileiros, exceto o seu comandante, o tenente-coronel Manuel Marques. Natural da província da Beira, era um oficial honesto, bravo e afável, apreciado pelos seus comandados. Distinguiu-se na defesa da praça de Elvas durante a campanha de 1801 contra os espanhóis (Guerra da Laranja), sendo por isso promovido de capitão a tenente-coronel e transferido para a Amazônia. Era, portanto, um oficial superior de promoção recente, sem muita experiência no relacionamento com altas autoridades governamentais.

A força organizada em Belém do Pará, com cerca de 450 homens seria o grupamento de vanguarda, pois havia a previsão de reforçá-la com mais pessoal e outros meios, inclusive navais. A distância a percorrer, cerca de 800 km por terreno acidentado, tornava impossível a marcha terrestre da expedição. Havia necessidade de transporte marítimo, mas embora houvesse em Belém um número enorme de canoas e outras embarcações fluviais, elas não eram adequadas para enfrentar o mar aberto. O governador conseguiu, afinal, reunir uma escuna e

dois cúteres, estes utilizados pelos práticos do delta do Amazonas. A essas embarcações foram adicionadas mais duas canhoneiras do exército, suficientemente sólidas para resistir às ondas do mar aberto, e uma outra de um comerciante de Belém, nas quais foram montadas peças de artilharia de posição. Toda a tropa foi embarcada nessa precária frota que partiu rumo a Chaves, contornando por fora a Ilha de Marajó. Nessa localidade, onde estacionava o regimento de Macapá, embarcou um contingente de “voluntários”, arrebanhados entre os colonos e índios das imediações.

3 de outubro, aportou em Belém um navio de guerra inglês, a escuna *Confiance*, da esquadra do almirante Sidney Smith, que se encontrava fundeada na Guanabara desde a viagem da Corte para o Brasil. O governador Narciso e o jovem comandante (ainda não completara 29 anos de idade) James Lucas Yeo, sobrinho do almirante Smith, entabularam negociações sobre a participação da escuna inglesa na campanha da Guiana. Neste ponto, os autores divergem. Para uns, a arribada da *Confiance* a Belém fora fortuita: a missão de Yeo era percorrer a costa da Guiana, capturar o maior número possível de corsários franceses e chegar a



Caiena para negociar com as autoridades locais a troca de um prisioneiro inglês, capturado na costa do Senegal. Para outros, já havia sido estabelecida a participação inglesa na operação militar no quadro da aliança contra o inimigo comum, a França napoleônica. Curiosamente, a *Confiance*, nome obviamente francês, era um antigo barco corsário de Bordéus que os britânicos haviam capturado nas costas da província espanhola da Galícia.

Dessas negociações resultou um acordo segundo o qual a escuna inglesa participaria da campanha e o capitão Yeo seria nomeado por Narciso comandante das operações navais. O tenente-coronel Marques ficaria no comando apenas das operações terrestres, não havendo, portanto, um comando superior para coordená-los.

Narciso esperava a chegada de dois navios de guerra portugueses, os brigues *Voador*, que integrara a frota que trouxera D. João para o Brasil, e o *Infante D. Pedro*, este comandado por Luís da Cunha Moreira. Esses navios, que traziam do Rio de Janeiro uma tropa de fuzileiros navais, então chamados fuzileiros-marinheiros, partiram de Belém a 22 de outubro, integrando a esquadra de Yeo. A frota de Marques, mais ao norte, saiu de Chaves a 24 do mesmo mês. O *ren-*

dez vous combinado era a foz do Rio Cassiporé, não muito distante do Cabo Orange. Nos dias 29 e 30 de novembro, após algumas perdas sofridas em alto-mar, as duas frota estavam reunidas no ponto de encontro. Nelas estavam amontoados cerca de 800 combatentes e mais o destacamento de fuzileiros navais, embarcado na Corte.

Em Caiena, o comissário do imperador na Guiana, Victor Hugues, soube por informações que em Belém se preparava o ataque à colônia. Contava para a defesa com 511 militares profissionais, 200 milicianos e uma centena de escravos armados. Ao todo, em torno de 900 homens.

A frota anglo-portuguesa chegou à foz do Oiapoque a 1º de dezembro, quando Yeo e Marques se conheceram e este ficou sabendo que o inglês comandava a força naval, portanto em igualdade de condições com ele. Esses dois homens eram em tudo diferentes. Yeo, protegido do almirante Sidney Smith, era um guerreiro jovem, brutal e ambicioso, sempre preocupado em enriquecer com os despojos de guerra; Marques, oficial competente, mas tímido e sem padrinho, temia desagradar seu superior, o temido general Narciso, capitão-mor e governador. Enquanto Marques

era querido pelos seus soldados, os marujos portugueses detestavam o comandante inglês, que Cunha Moreira considerava um pirata de conduta escandalosa. Nessa ocasião, Marques recebeu de Narciso a sugestão de libertar os escravos da Guiana e incorporá-los à sua tropa, acrescentando que “... *vós devereis, por todos os meios possíveis, fazer saber aos homens de cor ... que se eles desejarem abandonar essa colônia e gozar de total liberdade, sob a proteção do Príncipe Regente de Portugal, eu mesmo, em seu Nome, lhe ofereço e asseguro*”. Foi, também, informado pelo major Palmeirim, que comandava os reforços trazidos pelos brigues portugueses, que a tomada de Caiena era o objetivo final da operação. Mandou, então, desembarcar apenas parte da sua tropa para guarnecer a margem direita do Oiapoque e ali assinalar a linha de fronteira. A reafirmação de posse fez-se com solenidade: hasteamento da bandeira, salvas de artilharia e juramento de fidelidade ao príncipe regente, prestado por colonos franceses que lá se achavam sob a chefia de um administrador regional.

Victor Hugues não tinha meios para defender todos os pontos estratégicos no caminho para Cai-

na. Porém a foz do Rio Apruague, onde havia uma antiga missão jesuítica, precisava ser defendida porque de lá partiam duas vias de acesso terrestres para a capital. A região tinha valor econômico, pois nela havia plantações de cana-de-açúcar, trabalhadas por 1500 habitantes locais, dos quais 1300 eram escravos. O comissário imperial não confiava na lealdade dos escravos que, em 1790, haviam promovido sangrentas revoltas no Haiti. Mandou, pois, evacuar a região e enviou o tenente Sirdey, com 30 homens, para defendê-la. Curiosamente, o auxiliar direto de Sirdey chamava-se Pelé. (pronunciava-se Pelê, em francês).

A 14 de dezembro, Yeo deixou o Oiapoque, rumou com a sua frota para o Apruague e intimou os defensores a se renderem. Não sendo de pronto atendido, mandou seu imediato Mulcaster desembarcar com 30 ingleses e 20 fuzileiros comandados por Cunha Moreira. Esta foi a primeira ação de combate dos fuzileiros navais no Brasil, cujo bicentenário a Marinha comemorou em 2008. Saliente-se que o bravo Cunha Moreira, que viria a ser o 1º ministro da Marinha do Brasil independente, foi ferido no rosto por uma cutilada de sabre. Ao anoitecer, os atacantes haviam ex-



pulsado os defensores da posição. Marques ainda permaneceu no Oiapoque por mais alguns dias, à espera do reforço de 400 homens que lhe fora prometido. Narciso recomendara-lhe que não atacasse sem a chegada desses homens que ele chamava de terceira expedição. Afinal, dobrou-se à insistência do comandante inglês e partiu para o Apruague, aonde chegou a 23 de dezembro. Reunida toda a força, ambos os comandantes passaram a planejar a ação sobre Caiena. Foi então que Hugues descobriu a participação britânica na operação e a presença da poderosa fragata *Confiance*. Contudo, achou que a belonave britânica não poderia se aproximar de Caiena, situada numa ilha de difícil abordagem devido às fortes marés e à inconstância dos ventos. Concluiu, portanto, que o ataque viria pelo lado de terra e, para detê-lo, bastaria barrá-lo no canal que separa a ilha do continente. Até aquele momento, o comissário imperial nada fizera para defender Caiena; até mesmo a muralha que separava a cidade da região alagadiça ele mandara demolir para, segundo seus opositores, aproveitar as pedras na construção da sua própria casa.

Seguiram-se incursões e combates, inclusive noturnos, que me dis-

penso de detalhar por ser assunto mais do interesse de profissionais das armas e de estudiosos de História Militar do que de um auditório ilustre e eclético como este que me honra com a sua audiência. O fato é que, vencido em combate e cercado em Caiena, porém ainda dispondo de força para resistir, Victor Hugues convocou seus auxiliares imediatos na manhã de 10 de janeiro de 2009 e comunicou-lhes que recebera um abaixo-assinado dos moradores pedindo-lhe para capitular (só não lhes disse que ele próprio havia estimulado a elaboração desse documento). O argumento para cessar a luta era que os atacantes estavam saqueando e incendiando as propriedades, em particular os comandados do capitão inglês, predador naval que encarava a luta como uma forma de aumentar seu cabedal. Às 14,00 horas desse mesmo dia, Hugues recebeu a notícia de que dois parlamentares haviam atravessado a linha de contacto e estavam sendo conduzidos para a capital. Os dois emissários eram o já mencionado imediato do capitão Yeo, Mulcaster, e o português Miqueles, que falava francês. No trajeto para Caiena, Mulcaster adoeceu. Miqueles mandou então a Hugues uma mensagem propondo que se encontrassem, mas o comissário francês recusou, exigindo a presença dos

comandantes das forças aliadas. Com esse gesto de arrogância, atitude que iria adotar durante toda a negociação, Hugues pretendia intimidar os vencedores. Assim, o que era para ser uma simples rendição, transformou-se numa longa negociação, iniciada a 11 de janeiro numa casa situada entre as posições dos adversários. O comissário imperial temia o capitão inglês, súdito de um inimigo implacável que tinha nas Antilhas a poderosa esquadra do almirante Cochrane (que mais tarde, diga-se de passagem, iria prestar bons serviços à nascente Marinha do Brasil independente). Pensava ser temerário esperar os reforços prometidos por Paris, e via os portugueses como aqueles que poderiam, nas circunstâncias, protegê-lo dos ingleses. Temia, sobretudo, a ira de Napoleão, sempre cioso da honra nacional, e que iria esmiuçar seus atos administrativos, nem sempre irrepreensíveis.

Na primeira reunião do dia 11, Hugues tomou conhecimento dos termos da mensagem que ele recusara receber. Eram surpreendentemente conciliatórios e propunham uma acomodação amigável e honrosa como as que “*caracterizam a nação portuguesa*”. Isto fortaleceu o ânimo do comissário, que percebeu a pressa dos aliados em acabar com as operações militares. Com efeito, James Yeo, que já ar-

recadara tudo o que pudera, estava ansioso para retornar ao Rio de Janeiro. Por sua vez, Marques não tinha experiência em negociação e não recebera instrução específica sobre como proceder. Bom militar preocupava-se com seus soldados, sujeitos a doenças e desconfortos por falta de suprimentos adequados. Homem simples e provinciano ficara impressionado com a arrogância de Hugues, súdito de Napoleão que ele, como soldado, certamente admirava. A questão da libertação dos escravos revelou-se delicada, pois deixava o comandante português, representante de uma monarquia escravocrata, em situação desconfortável. Hugues disto se apercebeu e procurou tirar partido, levando Marques a assinar um documento no qual admitia haver recebido instruções para libertar os escravos da Guiana, sob garantia de D. João. Assim que tomou conhecimento dos termos da capitulação, Narciso ficou furioso, assim como o governo no Rio de Janeiro, por haver ele implicado o nome do Príncipe Regente sem autorização, e mais grave ainda, contra as convicções da Casa de Bragança. Yeo também seria censurado pelo seu governo por assinar um documento que tacitamente reconhecia a legitimidade de Na-



poleão como imperador, jamais admitida por Londres.

A carta de capitulação continha um preâmbulo e 16 cláusulas, algumas rotineiras, como a que garantia as honras militares de praxe aos derrotados, e outras absolutamente surpreendentes. No preâmbulo, o comissário imperial joga habilmente com a pressa dos aliados em encerrar o episódio e manifesta arrogância ao afirmar que se rendia menos à força do que à tática do inimigo de libertar os escravos e incendiar as propriedades (Hugues era o maior proprietário local). Mas, a mais chocante era a cláusula XI que mantinha o Código Napoleônico em vigor até a assinatura do tratado de paz entre França e Portugal. Percebe-se que o comissário francês contava com a vitória final de Napoleão, enquanto o governo português, ao contrário, acreditava na sua derrota e pretendia apenas ter uma moeda de troca nas negociações de paz. Obviamente, havia também o desejo de retaliação pela invasão do território peninsular e o restabelecimento da fronteira como definido no Tratado de Utrecht.

Embora o termo de posse da Guiana pelos portugueses tenha sido assinado em janeiro de 1809, ela jamais foi declarada oficial-

mente parte integrante do território brasileiro. Até 8 de novembro de 1817, quando foi devolvida à França, ela foi administrada por governadores nomeados pelo governo português (um provisório, o próprio Marques, e mais três efetivos). A administração portuguesa, em geral, foi bem acolhida pelos guianenses, destacando-se a de João Severiano Maciel da Costa, mais tarde ministro, presidente da Assembléia Constituinte (1823-1824) e presidente da província da Bahia, agraciado com o título de Marquês de Queluz.

5. Palavras finais.

A queda de Napoleão, em 1815, reabriu as negociações em torno da Guiana. Como previram estadistas portugueses, sua devolução serviu de moeda de troca nas negociações diplomáticas que culminaram no Congresso de Viena.

Após o retorno da monarquia em França, perdera todo sentido reter a longínqua colônia sob administração lusitana. O reconhecimento do Conde de Provença como rei Luís XVIII encerrava o antagonismo lusitano, que sempre fora com o império napoleônico, nunca com a França. Saliente-se que o príncipe Bourbon, irmão do infeliz Luís

XVI, era amigo de D. João que o socorrera quando, derrubado do trono nos “Cem Dias”, perambulava pela Europa sem poder e sem pecúnia. Voltava aos portugueses a velha admiração pelo brilho e pujança da cultura francesa, da qual nós, brasileiros, comungamos.

Em Viena, Lisboa não obteve tudo o que queria, mas obteve muito, não apenas em razão da habilidade diplomática dos seus representantes como também da generosa distribuição do ouro do Brasil entre os congressistas. Em suma, não obteve a devolução de Olivença, perdida para a Espanha na “Guerra da Laranja” (1801), mas conseguiu o reconhecimento da situação anterior às campanhas napoleônicas, vale dizer, a manutenção da Cisplatina no sul e o limite com a Guiana no norte, como ficara acordado no Tratado de Utrecht. Conseqüência importante para o Brasil foi a sua elevação a reino independente em 1816, verdadeira emancipação jurídica do nosso país, embora ligado a Portugal e Algarves, nos moldes do reino britânico.

A devolução da Guiana não se deu imediatamente após o Congresso de Viena. Em agosto de 1817, o governo português comprometeu-se a restituí-la até o Rio Oiapoque, nos termos do Tratado de Utrecht.

Em novembro desse mesmo ano, Maciel da Costa passou o governo ao novo governador francês, Jean François Saint-Cyr, que se disse surpreso ao constatar que seus patrícios vertiam “... *lágrimas de saudade pela dominação anterior*”.

As questões de limites não foram resolvidas no Império e, na Primeira República, ainda ocorreram conflitos como a invasão do Amapá em 1895. Em 1897, o Brasil submeteu à Comissão de Arbitragem, em Genebra, a pendência franco-brasileira sobre o limite no Oiapoque. A posição brasileira foi defendida por Rio Branco, que apresentou volumoso e bem fundamentado memorial, com base no qual o presidente da Confederação Helvética expediu, a de 1º de maio de 1900, o laudo arbitral favorável ao nosso país.

Ficava, assim, juridicamente apresentada a posse pelo Brasil do território que hoje constitui o estado do Amapá. Além do seu valor estratégico, é rico em minérios, particularmente manganês, para cuja exploração construiu-se uma ferrovia e um porto. A fixação da fronteira no Oiapoque livrou-nos de conflitos que poderiam ocorrer, caso o delta do Amazonas viesse a ser partilhado com outras potências.

Antes de pôr um ponto final nesta palestra, que já vai longa,



cedo à tentação de tecer alguns comentários sobre Napoleão. Afinal, foi a impossibilidade de vencer a Inglaterra por meios militares que o levou a decretar o bloqueio continental, origem do caso histórico que examinamos.

Causa assombro o fato de o retraído bolsista pobre de Brienne ter-se transformado, em pouco mais de uma década, no poderoso Imperador dos Franceses. Egresso de um movimento republicano revolucionário erigiu um trono com suas vitórias militares do alto do qual reinou sobre a Europa. Estadista cogitou fundar uma confederação de países europeus, antecipando-se em dois séculos à realidade da União Européia. Administrador reformou as estruturas educacionais, legais e jurídicas do seu país, ainda visíveis na França de hoje.

Mas, não se pode esquecer os três milhões de seres humanos de várias nacionalidades cujos corpos pavimentaram as estradas percorridas pelos seus exércitos, um dos quais determinou a emigração da corte portuguesa para o Brasil, gerando as condições para apressar a nossa independência.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU E LIMA, J.I. Compêndio da HISTÓRIA DO BRASIL..Casa Editora Laemmert. Rio de Janeiro,1843.

- CALMON, Pedro. O Rei do Brasil. Livraria José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 1935.
- CALÓGERAS, João Pandiá. Formação Histórica do Brasil.BIBLIEX. Rio de Janeiro, 1957.
- LYRA TAVARES, Aurélio. Régards sur Cinq Siècles France – Brésil .Éditions °C.I.. Paris, 1973.
- MACEDO SOARES, José Carlos de. Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Comemoração do 1º centenário do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro. José Olímpio editor. Rio, 1939.
- MARIZ, Vasco – Ensaios Históricos. Barléu Edições Ltda. Rio de Janeiro, 2004.
- Temas de Política Internacional. Topbooks. Rio de Janeiro, 2008.
- NOGUEIRA DA SILVA, Paulo Napoleão. Crônica de D. João VI. BIBLIEx. Rio de Janeiro, 2005.
- ROCHA POMBO. História do Brasil. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1960.
- SOUBLIN, Jean. Cayenne 1809. Éditions Karthale. Paris, 2003.
- VIANNA, Hélio. História Diplomática do Brasil.BIBLIEx. Rio, 1958.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. Edições Melhoramentos. São Paulo, 1978.
- HISTÓRIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Edição do Estado-Maior do Exército. Brasília, 1972.
- O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro e Odebrecht, Salvador (Ba). 1988.